



PARECER PRÉVIO Nº 5/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11659/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Careiro.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Nathan Macena de Souza (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3373/2020-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Careiro. Exercício de 2017.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Assembleia Legislativa a aprovação com ressalvas** das contas do Senhor **Nathan Macena de Souza**, Prefeito Municipal de Careiro e Ordenador de Despesas, à época, em razão das irregularidades listadas na Fundamentação deste Voto, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da CE/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº. 09/1997, recomendando ao Poder Legislativo do Município de Careiro.

Vencido o voto-vista do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva pela desaprovação das contas do Gestor.

- 11- **Ata:** 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 30 de Março de 2021.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 5/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO

Conselheiro

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 5/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 5/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11659/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Careiro.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Nathan Macena de Souza (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3373/2020-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Careiro. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Careiro, referente ao exercício de 2017 (U.G: 223), de responsabilidade do Senhor **Nathan Macena de Souza**, Prefeito Municipal de Careiro e Ordenador de Despesas, à época, em razão das irregularidades listadas na Fundamentação do Relatório/Voto, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.2. Aplicar Multa ao Senhor **Nathan Macena de Souza**, Prefeito Municipal de Careiro e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e 52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 308, inciso VII, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de



ACÓRDÃO Nº 5/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 5/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo. Na hipótese de expirar o prazo, a importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DERED autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 4/2002 – RITCE/AM.

10.3. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.3.1. Fracionamento do objeto, resultando em fuga ao procedimento licitatório. A comissão constatou que os memorandos solicitando as Reformas de Escolas, tanto na sede como na zona rural, oriundos das secretarias municipais, foram expedidos quase todos no mês de janeiro de 2017, e os demais em fevereiro de 2017, sendo que os valores somados exigiam a realização da modalidade de Tomada de Preço. Critério legal: Lei no 8.666/93, Art. 23, §5º.

10.3.2. Violação aos princípios constitucionais da moralidade, legalidade e eficiência nos procedimentos licitatórios adotados para realização das reformas de escolas municipais, pois houve favoritismo nos participantes das cartas convites, em face ao fracionamento das despesas. Portanto, verifica-se o não cumprimento do princípio da isonomia e dever de licitar, art. 3.º da Lei no 8.666/93, representando uma verdadeira fuga à licitação, logo não há garantia de que se obteve a melhor proposta.

10.3.3. Ausência do Projeto Básico. Critério legal: Lei no 8.666/93, Art 7º, inciso I. A Engenheira responsável consignou em uma página a terminologia PROJETO EXECUTIVO com um objeto de obra ou serviço de engenharia, porém, não caracterizou a necessidade da despesa de forma clara e precisa dentro de um PROJETO BÁSICO.

10.3.4. Não possui todos os Desenhos Técnicos que representem os elementos gráficos mínimos para caracterização/execução do objeto. Critério legal: Resolução 27/2012-TCE - Anexo II - Item 2.1 e Tabela 3.1. Foi acostado apenas uma planta baixa da Praça da Juventude.

10.3.5. O Memorial Descritivo está deficiente, pois não detalhou o objeto projetado com a apresentação as soluções técnicas



ACÓRDÃO Nº 5/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 5/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

- adotadas. Critério legal: Resolução 27/2012TCE - Anexo II - Item 2.2.
- 10.3.6.** A Especificação Técnica está deficiente, pois não com caracterizou os materiais, equipamentos e critérios de medição. Critério legal: Resolução 27/2012-TCE - Anexo II - Item 2.3.
- 10.3.7.** O Orçamento não representa a avaliação do custo da obra com base em documentação técnica (desenhos, memoriais e especificação). Critério legal: Resolução 27/2012TCE - Anexo II - Item 2.4.1.
- 10.3.8.** O objeto não possui adequação às Normas de Acessibilidade visando assegurar o movimento de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Critério legal: Resolução 27/2012-TCE - Anexo II - Item 2.7.
- 10.3.9.** O Objeto do Contrato não possui profissional legalmente habilitado para execução do objeto com a devido registro junto ao respectivo Conselho. Critério legal: Lei nº 6.496/77, art. 1º e art.2º; Res. do CONFEA nº 361/91, art. 7º.
- 10.3.10.** Habilitação Técnico Operacional e Profissional com caráter restritivo excessivo, não se limitando simultaneamente a itens de maior relevância e valor significativo com exigência mínima de comprovação de execução quantitativo proporcionais a dimensão e complexidade do objeto licitado. Critério legal: Art. 30, §1, 2, 3, 4, 5,6 da Lei 8666/93, Súmula 263/TCU.
- 10.3.11.** Ausência de acompanhamento adequado pela fiscalização, não há atesto da fiscalização em laudos de vistoria durante a execução, apenas atestou as medições requisitadas pela contratada, porém, não há laudos durante a execução dos serviços e termos de recebimento. Critério legal: Lei 8.666/93, Art. 67, c/c Lei 4320/64, Art. 63.
- 10.3.12.** Ausência de justificativa quanto à violação da Resolução no 27/2012/ TCE/AM, que determina um processo único para obras e serviços de engenharia, uma “pasta de obra”, onde constarão todos os documentos relativos ao processo licitatório e pagamentos, de forma que os procedimentos administrativos sejam organizados em um único processo, não o sendo fere a exigência dessa norma legal. Critério legal: Resolução 27/2012-TCE/AM - Art. 2º, inciso II, e parágrafos. O processo de pagamento que foi acostado ao procedimento licitatório não estava numerado, e peças técnicas como diários de obras e laudos de vistorias estavam



ACÓRDÃO Nº 5/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 5/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

- soltos, desorganização que prejudica o exercício constitucional do controle externo.
- 10.3.13.** Ausência da manutenção de registro de imagens com datas durante a execução de todos os itens da planilha orçamentária. Destacamos os casos de difícil mensuração que permanecem ocultos ou enterrados. Critério legal: Resolução TCE 27/2012, art. 2º, II, alínea “i”. O descumprimento deste critério impossibilitou o exercício constitucional do controle externo, pois sem o registro fotográfico preciso, não há como verificar as duas demãos de pintura, e o item discriminado como diversos, conforme registrado. Portanto, essa Comissão não constatou a execução dos serviços acima, logo, conforme Enunciado de Decisão nº 176/TCU, o responsável deverá se responsabilizar pelo dano ao erário.
- 10.3.14.** Ausência de Publicações dos Termos de Homologação, Adjudicação e extrato do contrato. Critério: art. 38, inc. VII c/c art. 43, VI da Lei nº 8666/93.
- 10.3.15.** Ausência do Projeto Básico. Critério legal: Lei nº 8.666/93, Art 7º, inciso I. A Engenheira responsável consignou em uma página a terminologia PROJETO BÁSICO sem caracterizar o objeto de obra ou serviço de engenharia, porém, não caracterizou a necessidade da despesa de forma clara e precisa dentro do instrumento proposto.
- 10.3.16.** Não possui os Desenhos Técnicos que representem os elementos gráficos mínimos para caracterização/execução do objeto. Critério legal: Resolução 27/2012-TCE - Anexo II - Item 2.1 e Tabela 3.1
- 10.3.17.** O Objeto do Contrato não possui profissional legalmente habilitado para execução do objeto com a devido registro junto ao respectivo Conselho. Critério legal: Lei nº 6.496/77, art. 1º e art.2º; Res. do CONFEA nº 361/91, art. 7º.
- 10.3.18.** Habilitação Técnico Operacional e Profissional com caráter restritivo excessivo, não se limitando simultaneamente a itens de maior relevância e valor significativo com exigência mínima de comprovação de execução quantitativo proporcionais a dimensão e complexidade do objeto licitado. Critério legal: Art. 30, §1, 2, 3, 4,5,6 da Lei 8666/93, Súmula 263/TCU.
- 10.3.19.** Ausência de acompanhamento adequado pela fiscalização, não há atesto da fiscalização em laudos de vistoria durante a execução, apenas atestou as medições requisitadas pela contratada, porém, não há laudos durante a execução dos



ACÓRDÃO Nº 5/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 5/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

- serviços e termos de recebimento. Critério legal: Lei 8.666/93, Art. 67, c/c Lei 4320/64, Art. 63.
- 10.3.20.** Ausência de Publicações dos Termos de Homologação, Adjudicação e extrato do contrato. Critério: art. 38, inc. VII c/c art. 43, VI da Lei nº 8666/93.
- 10.3.21.** O objeto não possui adequação às Normas de Acessibilidade às Normas de Acessibilidade visando assegurar o movimento de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Critério legal: Resolução 27/2012-TCE - Anexo II - Item 2.7
- 10.3.22.** Ausência do Projeto Básico. Critério legal: Lei nº 8.666/93, Art 7º, inciso I. A Engenheira responsável consignou em uma página a terminologia PROJETO EXECUTIVO com um objeto de obra ou serviço de engenharia, porém, não caracterizou a necessidade da despesa de forma clara e precisa dentro de um PROJETO BÁSICO conforme se observa no registro fotográfico.
- 10.3.23.** Ausência de justificativa quanto à violação da Resolução no 27/2012/ TCE/AM, que determina um processo único para obras e serviços de engenharia, uma “pasta de obra”, onde constarão todos os documentos relativos ao processo licitatório e pagamentos, de forma que os procedimentos administrativos sejam organizados em um único processo, não o sendo fere a exigência dessa norma legal. Critério legal: Resolução 27/2012-TCE/AM - Art. 2º, inciso II, e parágrafos. O processo de pagamento que foi acostado ao procedimento licitatório não estava numerado.
- 10.3.24.** Violação aos princípios constitucionais da moralidade, legalidade e eficiência nos procedimentos licitatórios adotados para realização das AQUISIÇÕES DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO, pois foi constatada várias cartas convites para as mais diversas reformas de prédios públicos, não cabendo a administração adquirir diretamente materiais para a execução direta de obras e serviços de engenharia. Portanto, verifica-se o não cumprimento do dever de licitar, art. 3.º da Lei no 8.666/93, representando uma verdadeira fuga à licitação, logo não há garantia da aplicação dos recursos.
- 10.3.25.** Ausência da lista de funcionários concursados para a Secretaria Municipal de Obras, onde conste a quantidade de pedreiros, serventes, mestre-de-obras, carpinteiros e engenheiros com as devidas nomeações em diário oficial. E ainda, no caso de contratação para os devidos fins apresentar



ACÓRDÃO Nº 5/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 5/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

- o processo seletivo realizado e/ou contratação, para fins de comprovar a execução direta dos materiais de construção adquiridos.
- 10.3.26.** Ausência do Projeto Básico. Critério legal: Lei nº 8.666/93, Art 7º, inciso I. No qual fosse possível identificar os locais onde seriam supostamente usados os materiais adquiridos.
- 10.3.27.** Ausência de fiscalização e dos respectivos laudos de vistoria do antes, durante a execução, e após a utilização dos materiais. Critério legal: Lei 8.666/93, Art. 67, c/c Lei 4320/64, Art. 63.
- 10.3.28.** Ausência de controles específicos do almoxarifado, com registro contínuo e permanente de controle de entrada e saída dos objetos, bem como, das existências dos estoques.
- 10.3.29.** Ausência de Relatórios de Viagens conforme verificação “in loco” nos processos de Diárias a seguir, nºs 95, 117, 246, 504, 747, 1601.
- 10.3.30.** Ausência de controle geral de todo patrimônio da Prefeitura Municipal, a fim de identificar o objeto, número de tombamento, setor onde se encontra o material/bens, através de Secretaria, Departamento ou servidor responsável pela guarda e administração, como determina o art. 94 da Lei nº 4.320/64.
- 10.3.31.** Ausência de justificativa quanto à abertura da conta bancária nº 36994/FUNDEB, Ag. 3727, Banco Bradesco, encaminhando também, todos os Extratos Bancários dessas movimentações, considerando que os recursos deveriam ser movimentados por Banco Oficial.
- 10.3.32.** Ausência do Parecer do Conselho Municipal de Saúde como determina o art. 77, § 3.º, da ADCT da Constituição Federal/88.
- 10.3.33.** Detalhar e justificar a conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo no valor de R\$ 2.876.288,44 (Dois Milhões, oitocentos e setenta e seis mil, duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e quatro centavos) constante no Balanço Patrimonial. Apresentar as medidas administrativas (inscrição na Dívida Ativa, ou execução fiscal) tomadas pela Prefeitura com a finalidade de retomar esse numerário aos cofres municipais.
- 10.3.34.** As Pastas Funcionais dos Servidores da Prefeitura verificadas em forma de amostragem estavam desatualizadas (ausência de declaração de bens, anotações diversas, entre elas, Férias e Gratificações). Justificar.



ACÓRDÃO Nº 5/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 5/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.3.35.** Nos Pregões verificados em forma de amostragem, (exceto, os Pregões que tratam de Obras e Serviços de Engenharia), referentes ao processo a seguir:
- 10.3.36.** Ausência de Parecer Técnico ou Jurídico devidamente assinado, (art. 38, VI, da Lei nº 8.666/93);
- 10.3.37.** Ausência nos autos do despacho de homologação e adjudicação e sua respectiva publicação, art. 38, VII e art. 43, VI, da Lei 8.666/93;
- 10.3.38.** Não Consta o termo de referência com elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticado no mercado, a definição do método, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato conforme o art. 8.º - II anexo I do Decreto n.º 3,555/00;
- 10.3.39.** Não consta a indicação do recurso próprio para despesa e comprovação da existência de previsão de recurso orçamentário que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas no exercício financeiro de acordo com o respectivo cronograma de acordo com a Lei n.º 8.666/93, art. 7.º § 2.º, III, art. 14 caput e art. 38, caput.
- 10.3.40.** Nos Termos de Contratos e Cartas Contratos, referentes aos processos relacionados no quadro abaixo foram verificadas as seguintes restrições:
- 10.3.41.** A minuta do contrato não foi previamente examinada e aprovada pela assessoria jurídica da Administração, contrariando parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/93;
- 10.3.42.** Ausência de Processo Licitatório determinado no art. 2º, da Lei nº 8.666/93, na prestação de serviços de mesma natureza que poderiam ser feitas de uma só vez como determina o art. 24, II “in fine” do mesmo Diploma Legal, nas despesas abaixo relacionadas;
- 10.3.43.** Ausência de anotações, documentos pessoais e das Declarações de Bens dos servidores em Cargo Comissionado em suas respectivas pastas, contrariando o disposto no art. 13, § 2º da lei nº 8.429/92 c/c o art. 289 da Res. TCE nº 04/2002 (RI);
- 10.3.44.** Ausência de Procuradoria Jurídica Municipal com rol de Procuradores e a Natureza do vínculo laboral.
- 10.3.45.** Ausência do Ato de nomeação da Comissão de Recebimentos de Material de compras acima de R\$ 80.000,00, conforme art. 15, parágrafo 8º da Lei nº 8.666/93.
- 10.3.46.** Verificamos que 4 (quatro) servidores efetivos, abaixo relacionados, foram aposentados e não houve comunicação



ACÓRDÃO Nº 5/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 5/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

e nem envio de documentação ao Setor específico de Aposentadoria do TCE. Pede-se justificativa para Comissão de Inspeção e envio das referidas documentações ao setor de Aposentadorias do TCE para efeito de Registro. - Carmozita Medeiros França - Getúlio Freitas Lopes - Maria da Conceição Vilhena da Silveira - Maria das Graças de Lima Rodrigues.

10.3.47. Nas Cartas Convites para Prestação de Serviços, Materiais Diversos, referentes aos processos, verificamos restrições nas cartas-convite discriminadas.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

Vencido o voto-vista do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva pela irregularidade das cotas, alcance e multas ao Gestor.

11- Ata: 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 30 de Março de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral